

Atenção Primária à Saúde (APS): análises das práticas de Enfermagem no contexto do Distrito Federal e da Região Centro-Oeste

Orientadora: Maria da Glória Lima

Alunas: Agatha Maria Teles Soares, Nathalya Silveira Soares e Bianca Evellyn Santana Silva

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de contato dos indivíduos, das famílias e da comunidade com o sistema nacional de saúde, levando a atenção à saúde o mais próximo possível do local onde as pessoas vivem e trabalham. Ela constitui o primeiro elemento de um processo de atenção continuada à saúde (OMS, 1978).

A APS é uma estratégia de organização dos sistemas de saúde e representa um modelo de mudança da prática dos profissionais de saúde, orientando-se através de seus atributos essenciais: atenção ao primeiro contato, longitudinalidade, integralidade e coordenação; e de seus atributos derivados: orientação familiar e comunitária e competência cultural (STARFIELD, 2002).

No Sistema Único de Saúde (SUS), a APS está organizada a partir da Estratégia Saúde da Família (ESF), uma prática de atenção e cuidado em que a família é entendida a partir do seu território de vida e convivência social. As ações de saúde são desenvolvidas em áreas de abrangência previamente definida, com a adscrição da clientela a ser atendida.

No Brasil, a APS representa o coração do sistema universal de saúde, e a ESF em 2018 já contava com 41 mil equipes multiprofissionais, assistindo 130 milhões de brasileiros (FIOCRUZ; CNS, 2018).

Considerando-se a distribuição nacional de enfermeiros com atuação na APS em 2019, dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) registraram 75.775 enfermeiros/as em atuação no âmbito da APS (BRASIL, 2019).

Acredita-se que, nos dias atuais, tenha-se um quantitativo bem mais numeroso de enfermeiros/as, uma vez que a crise sanitária consequente da pandemia da Covid-19 aumentou a demanda de trabalho desses/as profissionais na linha de frente de cuidados, a partir das orientações de prevenção aos usuários nas unidades de saúde.

O escopo da Prática da Enfermagem na APS e a efetividade das ações desenvolvidas pelos/as enfermeiros/as têm impacto na resolutividade das necessidades de saúde das populações em suas diferentes áreas de atuação. No

entanto, faz-se necessário evidenciar problemas existentes no trabalho desses profissionais em atuação da APS.

A desigualdade entre regiões, estados, municípios e cidades do país tem obstruído muitas vezes o acesso da população a ações e serviços de saúde. Um dos desafios no atendimento às demandas dos usuários, no que diz respeito à saúde e às ofertas assistenciais, relaciona-se a problemas de acesso e iniquidade na oferta de serviços (LIMA, 2015).

Para vencer esses desafios, os serviços de saúde primários contam com equipes da ESF, além de outros arranjos de profissionais, na APS. Tais serviços devem prover acesso ampliado à população e apresentar capacidade resolutiva de 85% dos problemas mais prevalentes da população (OLIVEIRA et al., 2017). O autor destaca que no Brasil ainda temos na APS equipes sem médicos, o que traz desequilíbrios ao trabalho dos/as demais profissionais. Além disso, os/as enfermeiros/as assumem na maioria das vezes a assistência aos usuários com resolutividade das questões trazidas às equipes, garantindo a cobertura e o acesso aos serviços de saúde. Em muitos locais, o enfermeiro o único profissional que atende diretamente a população; isso caracteriza sobrecargas de atividades em seu trabalho e até mesmo a sobreposição de papéis, dada a ausência de profissionais na equipe.

Há de se destacar os avanços dos/as enfermeiros/as na APS, em especial aqueles relacionados à evolução técnica na realização das ações de cuidado às populações; a consultas e atendimentos a grupos específicos; à prescrição de medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em rotinas aprovadas pela instituição de saúde, além de outras ações efetivas na resolutividade das necessidades dos usuários. As Práticas de Enfermagem estão definidas na Lei do Exercício Profissional – Lei 7.498/86, (BRASIL, 1986) –, em Portarias Regulamentadoras do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), na Política Nacional da Atenção Básica (BRASIL, 2017), e estão orientadas em documentos técnicos do Ministério da Saúde.

Os problemas evidenciados no processo de trabalho e os desafios enfrentados pelos/as enfermeiros/as põem a necessidade do conhecimento e da análise de como se desenvolvem as práticas de enfermagem na APS, no contexto loco-regional do Distrito Federal (DF) e do Centro-Oeste brasileiro, por entendermos que a realidade da população os/as coloca diante de situações complexas, que exigem atuação qualificada no atendimento às necessidades dos indivíduos, das famílias e das comunidades. Novas demandas de ações e tecnologias em saúde e enfermagem corroboram para que se analisem as práticas dos/as enfermeiros/as que atuam na APS, na diversidade do Distrito Federal e dos municípios da Região Centro-Oeste.

Diante do exposto, objetiva-se analisar as práticas dos/as enfermeiros/as que atuam na APS, no contexto do Distrito Federal (DF) e da Região Centro-Oeste, correlacionando-as ao perfil e ao cenário de atuação. Os objetivos específicos são: (1) analisar as práticas profissionais dos/as enfermeiros/as que atuam na APS no âmbito do Distrito Federal (DF), correlacionando-as ao perfil e aos cenários de atuação nas diferentes Regiões Administrativas; (2) analisar a prática dos/as enfermeiros/as na APS (no Brasil) e nos demais países com Sistemas Universais de Saúde, a partir das evidências científicas publicadas no período compreendido entre 2010 e 2020; (3) analisar a formação de competências de enfermagem para a APS com base nos currículos dos cursos de graduação de instituições de ensino públicas e privadas no Distrito Federal.

Metodologia

A pesquisa a ser realizada caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2014), esse tipo de abordagem se aprofunda no mundo dos significados, subsidiando maior entendimento do cenário de pesquisa e compreensão dos sujeitos e fenômenos investigados.

A autora supracitada destaca que nesse tipo de pesquisa o que importa não é o critério de representatividade numérica, e que o pesquisador deve preocupar-se menos com a generalização e mais com o aprofundamento, a abrangência e a diversidade no processo de compreensão, seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação. Ela acrescenta que a amostra qualitativa ideal é a que reflete a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo.

A priori, será realizado um estudo de revisão bibliográfica do tipo *Scoping Review* sobre as Práticas de Enfermagem na Atenção Primária à Saúde, no Brasil e nos demais países com Sistemas Universais de Saúde. O estudo contemplará as produções científicas no período compreendido entre 2010 e 2020, na perspectiva da análise das evidências nos diferentes países.

A busca bibliográfica será realizada nas bases de dados LILACS, BVS, ProQuest, Scielo, Scielo Saúde Pública, PubMed, EMBASE; serão utilizados os descritores avaliados pelo DeCS (Descritores em Ciências da Saúde).

Na sequência, será desenvolvida uma pesquisa documental sobre a formação de competências de enfermagem para a APS a partir dos currículos dos cursos de graduação de instituições de ensino públicas e privadas do Distrito Federal, os quais serão selecionadas por escolha aleatória, dentre os 21 cursos existentes. Os currículos a serem analisados serão obtidos a partir da base de dados do Ministério da Educação.

A pesquisa de campo será realizada somente no Distrito Federal.

No Centro-Oeste, utilizaremos a base de dados da pesquisa-matriz, intitulada “Práticas de Enfermagem no Contexto da Atenção Primária à Saúde (APS): estudo nacional de métodos mistos”, já aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília sob o Parecer n. 3.619.308; CAAE: 20814619.2.0000.0030. Consideraremos os dados de entrevistas realizadas com enfermeiros/as da capital de Goiás, selecionados por escolha aleatória a partir do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES, 2019).

No Distrito Federal, a amostra está representada por 27 enfermeiros/as em atuação na APS nas diferentes Regiões Administrativas, também selecionados a partir do CNES.

Serão realizadas entrevistas em profundidade, com base em um roteiro previamente elaborado, já validado mediante a realização de um teste-piloto com a participação voluntária de enfermeiros/as de unidades de saúde do Distrito Federal.

A técnica de análise a ser utilizada será a Análise de Conteúdo na modalidade de Análise Temática, uma modalidade apropriada para as investigações qualitativas em saúde que “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado” (MINAYO, 2014; BARDIN, 2011).

Nesse sentido, serão seguidas as três etapas operacionais de análise temática: a pré-análise (determinação da unidade de registro, de contexto, recortes, forma de categorização, modalidade de codificação e conceitos teóricos mais gerais para a orientação da análise); a exploração do material (operação classificatória visando ao alcance do núcleo de compreensão do texto); o tratamento dos resultados e a interpretação. Essa técnica objetiva descobrir e compreender os núcleos de sentido relevantes para o tema estudado e a frequência com que eles aparecem (BARDIN, 2011; MINAYO, 2014).

Os resultados serão analisados e discutidos à luz dos pressupostos teóricos e da literatura pertinente.

Serão cumpridos todos os preceitos éticos e legais preconizados para pesquisa com seres humanos, de acordo com a Resolução 466/2012. Os participantes, no ato das entrevistas, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (BRASIL, 2012).

Referências

ALBUQUERQUE, M. V. et al. Desigualdades regionais na saúde: mudanças observadas no Brasil de 2000 a 2016. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1055-1064, abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n4/1413-8123-csc-22-04-1055.pdf>>. Acesso em junho de 2020.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Gabinete da Presidência da República. *Lei do Exercício Profissional de Enfermagem*. Lei n. 7.498/86. DOU de 26.06.86. Seção I – fls. 9.273 a 9.275. Brasília, 1986.

_____. Ministério da Saúde. *Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde*. Disponível em: <<http://cnes.datasus.gov.br/pages/downloads/arquivosBaseDados.jsp>. Acesso em 2019>.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.436, de 21 de setembro de 2017. *Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde*. Diário Oficial da União n. 183; 22 set. 2017. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/19308123/do1-2017>. Acesso em junho de 2020.

_____. Ministério da Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. *Conselho Nacional de Saúde*. Brasília, 2012.

_____. Presidência da República. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. *Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em junho de 2020.

_____. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto Constitucional Promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Coordenação de Edições Técnicas. Brasília. 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC912016.pdf>. Acesso em junho de 2020.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz; CNS. Conselho Nacional de Saúde. Atenção Primária e Sistemas Universais de Saúde: compromisso indissociável e direito humano fundamental. Posicionamento brasileiro (Fiocruz e Conselho Nacional de Saúde) para a Global Conference on Primary Health Care, Astana, outubro de 2018. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 42, número especial 1, p. 434-451, set. 2018. Disponível em: <<https://scielosp.org/pdf/sdeb/2018.v42nspe1/434-451>>. Acesso em junho de 2020.

LIMA, L. D. Condicionantes da regionalização da Saúde no Brasil: desafios e recomendações para o planejamento e a gestão territorial do SUS no horizonte dos próximos 20 anos. Seminário Brasil Saúde Amanhã: horizontes para os próximos 20 anos. FIOCRUZ. 2015. Disponível em: <<https://saudeamanha.fiocruz.br/textos-paradiscussao/#.Wsp65i7waUm>>. Acesso em junho de 2020.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 19 ed. 2001.

OLIVEIRA, A. P. C. et al. Desafios para assegurar a disponibilidade e acessibilidade à assistência médica no Sistema Único de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1165-1180, abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n4/1413-8123-csc-22-04-1165.pdf>>. Acesso em junho de 2020.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Declaração de Alma-Ata. Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde. Alma-Ata, URSS, 1978. Disponível em: <<http://www.iasaude.pt/index.php/informacao-documentacao/promocao-da-saude/153-declaracao-de-alma-ata>>. Acesso em junho de 2020.

SOUSA, M. F. A Enfermagem reconstruindo sua prática: mais que uma conquista no PSF. Rev. Bras. Enferm., v. 53, número especial, p. 25-30, dez., Brasília, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672000000700004>. Acesso em junho de 2020.

_____. A reconstrução da Saúde da Família no Brasil: diversidade e incompletude. In: SOUSA, M. F.; FRANCO, M. S.; MENDONÇA, A. V. M. Saúde da Família nos municípios brasileiros: os reflexos dos 20 anos no espelho do futuro. Campinas: Saberes, 2014. p. 40-77.



STARFIELD, B. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. UNESCO; Ministério da Saúde, 2002.

